ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

DESVENDANDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA: história, política e conservação ambiental

André de Oliveira Alves[1]
Tânia Cristina Azevedo[2]

Como citar: ALVES, André de Oliveira; AZEVEDO, Tânia Cristina. DESVENDANDO O TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DA CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA: história, política e conservação ambiental . **Espaço em Revista**, Catalão, v. 26, n. 2, p. 90–111, DOI: https://doi.org/10.70261/er.v26i2.74802 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/74802

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 02/10/2024 | **Aceito:** 08/11/2024 | **Publicado:** 16/12/2024

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo destacar as estratégias de conservação ambiental adotadas no Território de Identidade da Chapada Diamantina (TICD), localizado no estado da Bahia, Brasil. Especificamente, pretende abordar os aspectos de proteção das áreas prioritárias, com vistas a estabelecer abordagens eficazes para salvaguardar as áreas do TICD. Quanto aos procedimentos metodológicos, são utilizados a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A escolha deste universo de pesquisa fundamenta-se na diversidade de ecossistemas naturais presentes na região, reconhecidos mundialmente. A pesquisa revelou que o contexto histórico do TICD é marcado por uma sucessão de eventos lineares, impulsionados pela intensa atividade mineradora e pecuária, além da influência política dos coronéis. Paralelamente, ocorreu um planejamento territorial que dividiu a região em territórios distintos. Essa evolução histórica resultou na implementação de diretrizes e normativas ambientais, como as Unidades de Conservação, visando a conservação de áreas de grande relevância. Contudo, esses elementos deixaram um legado nas dinâmicas econômicas, políticas e sociais locais, moldando o cenário atual do TICD.

Palavras-chave: Conservação ambiental. Unidades de Conservação. Legislação ambiental. Chapada Diamantina. Bahia.

UNVEILING THE TERRITORY OF IDENTITY OF CHAPADA DIAMANTINA, BAHIA: history, politics and environmental conservation

Abstract

This research aims to highlight the environmental conservation strategies adopted in the Chapada Diamantina Identity Territory (TICD), located in the state of Bahia, Brazil. Specifically, it intends to address the protection aspects of priority areas, with a view to establishing effective approaches to safeguard the ITCD areas. As for the methodological procedures, bibliographic research and documentary analysis are used. The choice of this research universe is based on the diversity of natural ecosystems present in the region, recognized worldwide. The research revealed that the historical context of the TICD is marked by a succession of linear events, driven by the intense mining and cattle ranching activity, in addition to the political influence of the colonels. At the same time, there was

[1] Mestrando em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana (BA), Brasil
e-mail: andreoliveira94@outlook.com
[2] Professora Titular na Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia (BA), Brasil
e-mail: tcazevedo@uefs.br

territorial planning that divided the region into distinct territories. This historical evolution resulted in the implementation of environmental guidelines and regulations, such as Conservation Units, aiming at the conservation of areas of great relevance. However, these elements have left a legacy in local economic, political and social dynamics, shaping the current scenario of the TICD.

Keywords: Environmental conservation. Conservation Units. Environmental legislation. Chapada Diamantina. Bahia.

Introdução

As Unidades de Conservação (UC), especialmente as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), como parte integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), são regidas por princípios orientadores que desempenham um papel crucial na conservação ambiental (Brasil, 2000). Esses princípios, tais como conservação, uso sustentável, participação social, planejamento e ordenamento do território, monitoramento e avaliação, fornecem diretrizes para garantir a efetividade das ações de conservação (IBAMA, 2001). O foco nesses aspectos fortalece a gestão das APAs, promovendo a participação da sociedade civil, a sustentabilidade das atividades e a proteção do patrimônio natural. Esses princípios são fundamentais para assegurar a proteção ambiental e a conservação da biodiversidade em longo prazo, buscando um equilíbrio entre o desenvolvimento humano e a proteção dos recursos naturais.

Considerando a importância das áreas protegidas para a conservação do meio ambiente, especialmente no Território de Identidade da Chapada Diamantina (TICD), Bahia, Brasil, uma região de destaque mundial em termos de aspectos naturais (Lucena, 2022; Teixeira *et al*., 2024), surge a necessidade de investigar as estratégias de proteção ambiental adotadas localmente. Frente a essa asserção, este estudo tem como objetivo destacar as estratégias concebidas no âmbito do TICD visando a conservação das áreas prioritárias. Para tanto, definem-se enquanto objetivos específicos: i) realizar uma análise aprofundada dos elementos históricos e geográficos que moldaram o TICD, incluindo investigação do processo de ocupação e suas dimensões políticas; ii) avaliar as políticas territoriais que se desdobraram no TICD ao longo do tempo; e iii) analisar os regulamentos e diretrizes estabelecidos pelo poder público para a proteção ambiental das UCs, com foco nas APAs no referido território.

O estudo se justifica na medida que, investiga as políticas territoriais, regulamentos e diretrizes estabelecidos para a conservação ambiental das UCs, com foco nas APAs, torna-se relevante para compreensão de como as estratégias são implementadas e como contribuem para a conservação do meio ambiente. Além disso, o estudo visa contribuir para o conhecimento acadêmico e para a formulação de políticas públicas voltadas para a gestão

ambiental, fornecendo informações que possam subsidiar a tomada de decisões eficazes no que diz respeito à conservação das áreas prioritárias no TICD e em outras regiões com características semelhantes.

Para tanto, no que diz respeito aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa é classificada como descritiva e exploratória, com o uso dos procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e análise documental, de abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica é realizada por meio de consultas a trabalhos na base de dados do Google Acadêmico. Para a seleção, foram adotados critérios específicos, abrangendo palavras-chave como Território de Identidade da Chapada Diamantina, Unidades de Conservação, Áreas de Proteção Ambiental, Políticas territoriais, Regulamentações ambientais, Ocupação da Chapada Diamantina, Conflitos políticos, Desenvolvimento territorial, Planejamento territorial e Conservação ambiental, com um lapso temporal definido entre os anos 2001 e 2024. Após a leitura e classificação das obras, tomou-se a decisão de incluí-las ou descartá-las, conforme a aderência ao escopo do estudo. Para a pesquisa, foram selecionadas sete dissertações, cinco teses, três artigos, um livro, uma monografia e um trabalho de conclusão de curso de especialização. Além disso, foi realizada uma análise documental de dispositivos legais e regulatórios relacionados às principais políticas e legislações ambientais, bem como de dados institucionais pertinentes à área de estudo. Isso incluiu sete decretos, dois planos, duas leis, uma proposição, uma recomendação e um roteiro metodológico — ambos publicados no período de 1978 a 2023.

Este estudo está dividido em quatro seções distintas, cada uma contribuindo para uma compreensão abrangente da proposta em questão. Além desta introdução, onde foi feira a caracterização do tema, apresentado a questão-problema, definidos os objetivos e delineada a metodologia, a segunda seção compreende uma análise aprofundada dos elementos históricos e geográficos que moldaram o TICD, incluindo uma investigação profunda do contexto que envolve o processo de ocupação e as dimensões políticas que a definem. Outrossim, oferece uma minuciosa avaliação das políticas territoriais que se desdobraram nesse território ao longo do tempo. A terceira seção se dedica à análise detalhada dos aspectos relacionados às UCs no âmbito do TICD. Nesta seção, daremos especial ênfase nos regulamentos e diretrizes estabelecidos pelo poder público para a proteção ambiental das UCs, com enfoque nas APAs no referido território. Por fim, a quarta e última seção, apresentam-se as considerações finais do estudo, com os principais achados e contribuições, além de recomendações para a condução de futuros estudos.

Aspectos históricos e geográficos do TICD

O TICD está localizado na região Centro-Oeste do estado da Bahia, caracterizado pelo clima semiárido e solos rasos e pedregosos típicos da Caatinga. O território é composto por 24 municípios, sendo eles: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner, com população total de 383.853 habitantes e com área abrangendo 32.664 Km², correspondendo a 5,7% da área total do estado da Bahia (IBGE, 2022). A seguir, na figura 1, apresenta-se os municípios pertencentes ao TICD e suas respectivas populações.

Figura 1 – Municípios e suas respectivas populações no Território de Identidade da Chapada Diamantina.



Fonte: SEI BAHIA (2022).

O TICD possui particularidades em relação a sua história e a divisão espacial, as quais estão intrinsecamente conectadas ao contexto das UCs e às políticas e regulamentações destinadas à conservação ambiental no contexto das APAs (Santos, 2014). Portanto, esta seção visa fornecer uma análise abrangente do TICD. Esse exame abarca a exploração dos aspectos históricos e geográficos, uma investigação aprofundada do contexto que engloba o processo de ocupação e as complexidades políticas que o caracterizam, bem como uma minuciosa avaliação das políticas territoriais que foram implementadas nesse território.

Origens da Chapada Diamantina

Durante os primeiros quatro séculos de ocupação no estado da Bahia, houve um processo de evolução lento e gradual. No entanto, a história da ocupação da Chapada Diamantina não ocorreu de forma linear e registros precisos são escassos. Há indícios de que a ocupação efetiva da região começou com a mineração e a descoberta de ouro e diamantes (Giudice, 2011). Essa tese é sustentada por Guanaes (2001), ao considerar que a Chapada Diamantina foi desbravada e colonizada por garimpeiros em busca de ouro e diamantes, que criaram as primeiras trilhas na região.

Conquanto, a exploração de ouro e diamantes apareça como o causador do povoamento na região, há outros pontos de vista sobre a questão. Nesse viés, Santos (2014, p. 89) argumenta que a ocupação socioeconômica da Chapada Diamantina começou no início do século XVIII devido à expansão da pecuária no vale do São Francisco e às descobertas de ouro nas nascentes dos rios de Contas, Paramirim e Itapicuru, com várias expedições em busca de ouro, pedras preciosas e índios para escravização. Como notado, os estudos indicam que a exploração de pedras preciosas foi a principal responsável pelo povoamento da área, enquanto a criação animal teve um papel secundário.

No decorrer do período de exploração diamantífera na região, emergiram conflitos acirrados entre os coronéis, marcados pela busca pelo domínio político e pela apropriação das riquezas oriundas do garimpo. Como observa Santos (2014, p. 89), "deixando consequências até os dias de hoje, em diversos setores sociais advindos de uma política paternalista e clientelista".

Nessa mesma linha de raciocínio, Cruz (2009, p. 2) salienta que:

> Através das históricas lutas entre coronéis rivais criaram-se os primeiros partidos políticos da região. Partidos que se mantêm presos às mesmas dinâmicas antidemocráticas sob as quais foram criados, originando assim os duelos e facções que se rivalizam pelo poder até os dias atuais. Essas rivalidades conferem peculiaridade à democracia da região, uma vez que o fenômeno do mandonismo subsiste com força, subjugando a população aos ditames daqueles que se encontram no poder. As contradições e lutas se interpõem: ora vive-se um intenso burburinho de participação, ora vive-se o terror da não expressão. Dentro desta atmosfera de abandono e dominação, os desafios para o futuro requerem negociação com os diversos poderes existentes para abrir espaço a presença humana nos espaços povoados por frágeis estruturas naturais.

Contudo, conforme a análise de Santos (2014), resquícios da ostentação e do domínio político dos coronéis persistem nos municípios da Chapada Diamantina até os dias atuais. O autor ressalta que as contendas políticas entre diferentes grupos continuam a exercer

forte influência nas eleições municipais, marcadas por intensas disputas pelo controle e poder local. Lamentavelmente, esses embates muitas vezes são impulsionados por desentendimentos pessoais, divergências partidárias e conflitos ideológicos, comprometendo a viabilidade e execução de projetos que poderiam trazer benefícios à população.

Com o passar do tempo, no contexto dessa conjuntura, a Chapada Diamantina passou por alterações em sua configuração espacial, introduzindo os territórios de identidade. O próximo subtópico abordará detalhadamente esse processo de transformação.

Elementos da área geográfica "Território de Identidade"

O estado da Bahia adota a divisão de seu espaço físico em territórios. Para uma melhor compreensão, é relevante definir o conceito de "território", descrever os elementos que o compõem e mencionar os instrumentos concebidos para tornar o planejamento territorial eficaz.

Conforme destacado por Santos (2020, p. 51), "o território pode ser entendido como o chão da população, ou seja, sua identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que se pertence". Corroborando, Pereira (2022) compreende que o território corresponde a uma formação socioeconômica respectiva, junção do modo de produção com as relações sociais inseridas em arcabouços jurídico-normativos específicos por região e país.

O território pode ser igualmente definido como uma extensão geográfica com limites claramente estabelecidos, sujeita a uma governança de natureza política. Segundo a perspectiva de Vicente (2022), o conceito de território envolve uma abordagem profundamente política e econômica em relação à ocupação do espaço, sendo intrinsecamente ligado à noção de poder. Esse poder pode ser representado tanto pelo governo e instituições estatais, quanto pelas grandes empresas, que frequentemente expandem sua influência por vastas áreas, muitas vezes ultrapassando fronteiras políticas estabelecidas.

No Brasil, a abordagem centrada na divisão espacial com ênfase nos territórios foi introduzida durante o governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), no período de 2003 a 2010. Isso aconteceu no contexto da Política de Desenvolvimento Territorial Rural, que resultou na implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PNDSTR) (Santos, 2023). O principal objetivo dessa iniciativa era promover o desenvolvimento rural, adotando a designação

"territórios rurais" como base para a delimitação das áreas de atuação da política (Costa, 2023).

No estado da Bahia, durante o governo de Jaques Wagner (2007-2014), também do Partido dos Trabalhadores (PT), em sua primeira gestão, foram criados os chamados "Territórios de Identidade" (Flores, 2015; Pinto, 2023). Isso ocorreu como parte de uma estratégia alinhada com o governo federal e promovendo princípios que enfatizavam a participação popular e a governança. Em essência, essa iniciativa teve como objetivo estabelecer recortes territoriais baseados em critérios que englobavam aspectos ambientais, econômicos, culturais e outros, ao mesmo tempo em que reconhecia as populações como grupos sociais relativamente distintos (Santos, 2020). Dessa maneira, esses grupos passaram a apresentar identidades próprias, coesão social, características culturais específicas, e laços territoriais peculiares.

Num primeiro momento, foram definidos 26 Territórios de Identidade na Bahia; atualmente, esse número foi ampliado para 27 (Macêdo, 2020). Conforme apontado por Guimarães (2023), essa abordagem de desenvolvimento tem como objetivo primordial promover uma gestão territorial integrada que leve em consideração as características distintas de cada município e as potencialidades da região como um todo. Essa estratégia visa catalisar o desenvolvimento sustentável, harmonizando os aspectos econômicos, sociais e ambientais, almejando a melhoria significativa da qualidade de vida da população local.

A partir de 2015, no decorrer do segundo mandato do então governador Jaques Vagner, testemunhou-se uma notável expansão no escopo de atuação de instituições estratégicas, tais como a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), a Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), os Núcleos Territoriais de Educação (NTE) — anteriormente denominados Diretorias Regionais de Educação (DIREC) — e os Núcleos Territoriais de Saúde (NTS), anteriormente identificados como Diretorias Regionais de Saúde (DIRES). Essas entidades passaram a desempenhar suas atividades sob uma perspectiva territorial mais abrangente (Santos, 2018).

Segundo Santos (2018), a Bahia foi pioneira ao instituir a rede estadual de territórios, formalmente reconhecida como Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia (CET). A autora destaca que essa coordenação era constituída por nove membros, eleitos como representantes dos Colegiados Territoriais, e desempenhavam funções cruciais, como coordenação política, representação e negociação, fundamentais para a efetiva implementação de políticas públicas em nível territorial.

Nesse contexto, diversas instâncias e ferramentas foram concebidas para facilitar a implementação e o debate da política territorial. Destaca-se o papel crucial do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) e outros espaços de referência, que atuam como importantes fóruns para discussões e monitoramento da política de desenvolvimento territorial do estado (Santos, 2018). O CEDETER, estabelecido pelo decreto nº 12.354 de 23 de dezembro de 2010, é um órgão consultivo e de assessoramento vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) (Rocha, 2012). Sua missão central consiste em fornecer subsídios para a formulação de propostas de políticas públicas e estratégias voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável e solidário na Bahia (Santos, 2018).

No âmbito desse cenário, os CODETERs, como espaços de discussão e participação social, constituem-se com a representação tanto do setor público quanto da sociedade civil, estando presentes nos Territórios de Identidade da Bahia, desempenhando um papel essencial, sua função primordial é estimular o diálogo local sobre as ações e projetos voltados ao desenvolvimento territorial sustentável e solidário (Santos, 2018). Dessa forma, contribuem significativamente para a concretização das competências delineadas nas políticas territoriais estabelecidas.

Além de tudo, é crucial ressaltar o papel significativo desempenhado pelo Comitê de Acompanhamento do Plano Plurianual (CAPPA), um órgão composto por onze representantes da sociedade civil eleitos para integrar o CEDETER. Sua função primordial consiste em monitorar a execução do Plano Plurianual, atuando como mediador no diálogo entre a sociedade e o Estado (Santos, 2018).

Conforme enfatizado por Santos (2018), entre os instrumentos fundamentais para a concretização da Política de Desenvolvimento Territorial, destaca-se o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS). O PTDS visa apresentar uma visão abrangente do território, abordando suas características distintivas, do mesmo feito que aspectos socioeconômicos e ambientais relevantes. Ademais, engloba as demandas prioritárias por projetos e políticas públicas que são essenciais para impulsionar o desenvolvimento do território (Oliveira, 2018).

Nesse cenário, a participação ativa da sociedade civil, em colaboração com o poder público, desempenha um papel crucial no processo de planejamento territorial, especialmente na formulação e implementação de políticas voltadas para a proteção ambiental. Diante desse contexto mais amplo, a próxima seção deste estudo se dedicará à análise das APAs no TICD, investigando as regulamentações governamentais que norteiam a conservação ambiental nessa

específica área geográfica. Este exame detalhado permitirá compreender como as políticas e diretrizes se manifestam na prática, promovendo a conservação dos recursos naturais e contribuindo para a sustentabilidade ambiental nessa área específica.

Legislação ambiental para a proteção de áreas relevantes no território de identidade da chapada diamantina

As áreas protegidas que abrangem o TICD, bem como em todo o estado da Bahia, encontram seu embasamento legal nas disposições da Lei Federal nº 9.985/2000, a qual estabeleceu o SNUC, e na Lei Estadual nº 10.431/2006, que criou a Política Estadual de Meio Ambiente e Proteção à Biodiversidade (PEMA) e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC).

Destaca-se que o SNUC é amplamente reconhecido como um dos marcos mais significativos no âmbito da preservação e conservação ambiental no Brasil. Dentre seus vários méritos, o SNUC se destaca por categorizar as UCs e estabelecer diretrizes legais que orientam a proteção das áreas preservadas (Brasil, 2000). Já a PEMA e o SEUC, tem como missão contribuir para a preservação e conservação da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território estadual (Bahia, 2006). O quadro 1 mostra esses regulatórios e os aspectos relevantes relacionados a cada um.

Quadro 1 – Regulatórios que embasam as áreas protegidas do Território de Identidade da Chapada Diamantina.

Regulatório	Aspectos relevantes
Lei Federal nº 9.985/2000	A Lei Federal nº 9.985/2000 trouxe implicações tanto no âmbito conceitual quanto normativo. Por meio do artigo 2º, definiu o conceito legal de UCs, sendo definido como: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000). Do ponto de vista normativo, a Lei desempenhou um papel na organização das numerosas regulamentações que se aplicam às diversas categorias de manejo, além de estabelecer critérios e normas para a criação e administração das áreas protegidas, abrangendo tanto as de âmbito federal, estadual quanto municipal (Schenini; Costa; Casarin, 2004).
Lei Estadual nº 10.431/2006	A Lei nº 10.431, em seu Artigo 2º, incisos V, VI e VII, enfatiza a importância do acesso da comunidade à educação e à informação ambiental, promovendo a conscientização e o envolvimento nas questões ambientais. No Artigo 4º, inciso VII, a lei incentiva e apoia a organização de entidades da sociedade civil, especialmente a participação dos povos e comunidades tradicionais, fortalecendo assim a participação ativa e representativa nas questões ambientais. Além disso, o Artigo 62º garante a participação da sociedade civil nas conferências estaduais de meio ambiente, promovendo a colaboração na definição de políticas e diretrizes ambientais.

Fonte: Fonte: Autoria própria, 2024.

À vista disso, o SNUC, em nível federal, e a PEMA e o SEUC, em nível estadual, constituem marcos regulatórios que visam assegurar a proteção do meio ambiente e a promoção do uso sustentável dos recursos naturais, garantindo, assim, a conservação da biodiversidade e a manutenção do equilíbrio ecológico nessas regiões.

Nesse contexto, esta seção tem o propósito de realizar uma análise dos elementos correlatos à preservação e conservação ambiental do TICD. No decorrer deste segmento, atribuiremos uma atenção especial às UCs, aprofundando a exploração das regulamentações e diretrizes governamentais que foram estabelecidas com a finalidade de garantir a preservação e conservação ambiental nas áreas protegidas.

As Unidades de Conservação no Território de identidade da Chapada Diamantina

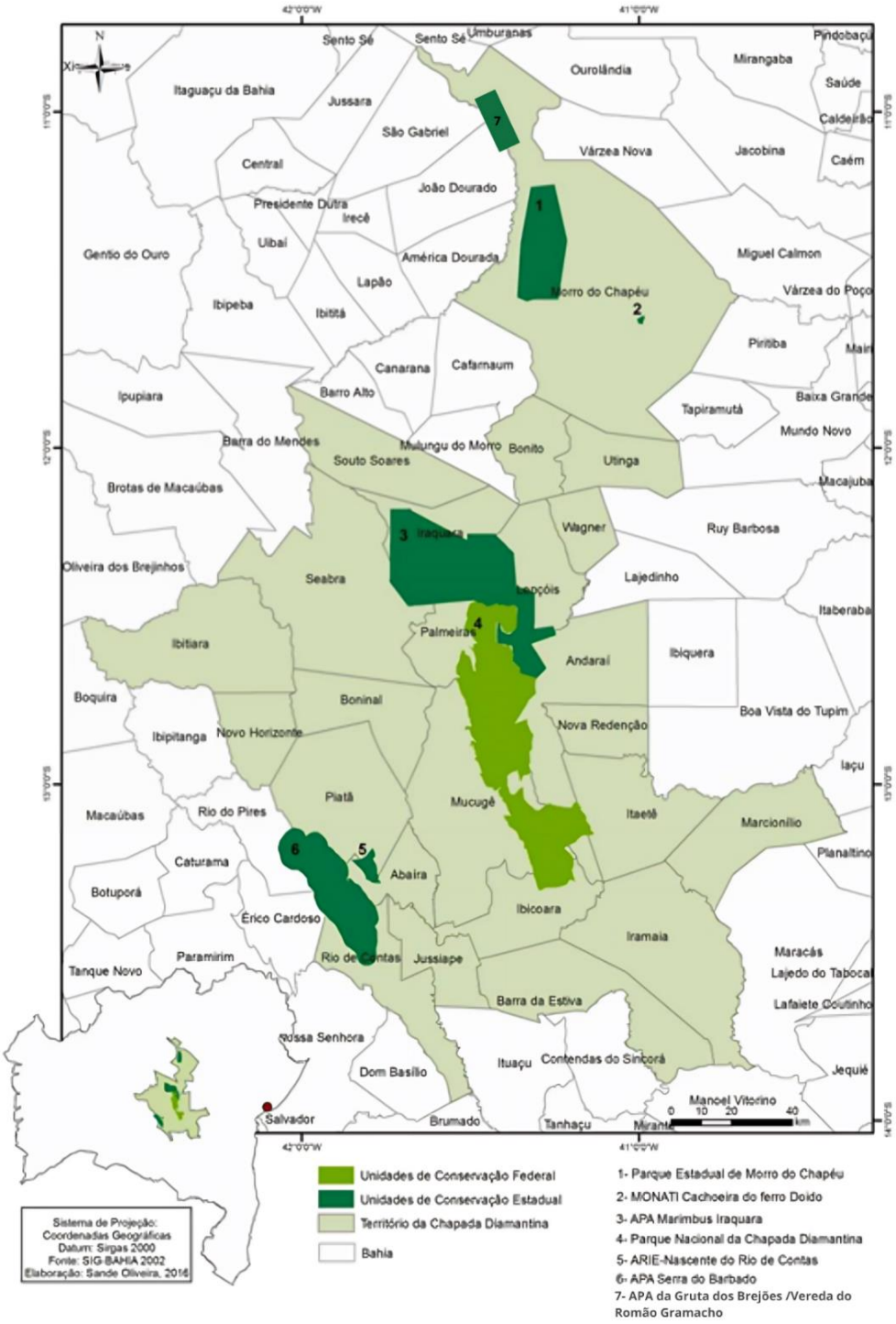
Segundo Lucena (2022), a Chapada Diamantina destaca-se por sua complexidade geológica, biológica e antrópica, evidenciando um relevo antigo desgastado, chapadões sedimentares, vales profundos e uma variada gama de ecossistemas, que vão de matas exuberantes a cerrado e caatinga. Além de sua riqueza natural, a região é um testemunho histórico com cidades coloniais e garimpos abandonados, reflexo da busca por riquezas minerais (Teixeira *et al.*, 2024).

A história da Chapada Diamantina narra a busca por ouro e diamante, resultando em prosperidade efêmera (Lucena, 2022). Atualmente, muitos lugarejos conservam sua atmosfera do passado, sendo palco de uma renovação cultural e econômica impulsionada pelo ecoturismo. A área proporciona uma combinação única de atrações, incluindo montanhas cênicas, rios cristalinos, grutas e cavernas com pinturas rupestres, evidenciando uma ocupação humana que remonta a mais de dez mil anos (Lucena, 2022).

Contudo, mesmo com sua beleza natural destacada, a Chapada Diamantina enfrenta desafios ambientais comuns a outras regiões de significativa importância para a biodiversidade. Estes desafios abrangem questões como desmatamento, incêndios florestais, extração ilegal de areia, regularização fundiária, caça predatória e invasões de terras (Bahia, 2012). Esses conflitos ambientais não apenas comprometem a integridade dos ecossistemas presentes no TICD, mas também representam ameaças significativas à diversidade biológica e aos serviços ecossistêmicos essenciais oferecidos por essa região. O enfrentamento efetivo desses desafios requer abordagens integradas e medidas coordenadas para promover a conservação e o manejo sustentável desses recursos naturais.

Dessa maneira, as UCs emergem como estratégias fundamentais com o propósito de catalisar a conservação e a sustentabilidade dos recursos naturais. O TICD abraça a presença de sete UCs, distribuídas nos âmbitos federal e estadual. A figura 4 mostra a distribuição das UCs das esferas federal e estadual no TICD.

Figura 2 – Distribuição das Áreas Naturais Protegidas das esferas federal e estadual no Território de Identidade da Chapada Diamantina.



Fonte: SIG BAHIA (2002).

Além destas UCs, existem algumas de domínio municipal, constituindo uma rede de proteção ambiental abrangente. No entanto, não é nossa intenção detalhar essas informações neste trabalho. Essas áreas designadas, em essência, desempenham um papel imprescindível na defesa da biodiversidade, na preservação e conservação de ecossistemas singulares e na garantia dos serviços ecossistêmicos essenciais tanto para a comunidade local quanto para a saúde ambiental em uma escala mais ampla.

Destacando-se como a única área sob jurisdição federal, o Parque Nacional da Chapada Diamantina foi estabelecido pelo Decreto Federal nº 91.655, de 1978 (Brasil, 1978), pertencente aos municípios de Lençóis, Palmeiras, Andaraí, Mucugê, Ibicoara e Itaetê, ocupando juntos, uma extensão imponente de 152.141 hectares (Brasil, 2005). O Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina foi estabelecido em 2007, e delineia claramente os objetivos desta UC, sendo a proteção dos ecossistemas remanescentes da Serra do Sincorá e a asseguração da preservação de seus recursos naturais (Brasil, 2007) os principais pilares que norteiam suas ações e políticas de gestão.

Ao adentrar os detalhes do Parque Nacional da Chapada Diamantina, percebe-se que sua criação não apenas atende à necessidade de preservação da Serra do Sincorá, mas também se destina a propiciar um ambiente propício para a pesquisa científica, o turismo sustentável e a educação ambiental. Essa abordagem multifacetada reforça a visão holística por trás da concepção das UCs no TICD, onde a conservação não é um mero ato de preservação, mas sim um meio de integração harmoniosa entre a natureza e as atividades humanas.

No contexto estadual, destacam-se importantes UCs, tais como a APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho, a APA Serra do Barbado, a APA Marimbus/Iraquara, o Monumento Natural Cachoeira do Ferro Doido, o Parque Estadual de Morro do Chapéu, e a Área de Relevante Interesse Ecológico.

A APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho, foi instituída por meio do Decreto Estadual n. 32.487 de 1985, abrangendo uma extensão significativa de 11.900 hectares, englobando porções dos municípios de Morro do Chapéu, João Dourado e São Gabriel, sendo os dois últimos integrantes do Território de Identidade de Irecê (Bahia, 1985). O decreto de criação da APA é explícito em seus objetivos, direcionando-se para a conservação e proteção de elementos distintivos da região. De acordo com o documento: “conservar e proteger as formações geológicas notáveis, as cavidades naturais subterrâneas, seus espeleotemas, animais cavernícolas associados e as águas subterrâneas do Rio Jacaré, assim como proteger os sítios arqueológicos e paleontológicos existentes na APA” (Bahia,

1985). Assim sendo, essa APA representa uma iniciativa expressiva no contexto da conservação ambiental estadual, reconhecendo e preservando elementos geológicos únicos, ecossistemas subterrâneos e patrimônios arqueológicos e paleontológicos de grande importância.

A APA Serra do Barbado, formalizada mediante o Decreto Estadual n° 2.183/1993, se estende por porções dos municípios de Rio de Contas, Abaíra, Piatã, Rio do Pires, Érico Cardoso e Jussiape, abrangendo uma extensão de 63.652 hectares (Bahia, 1993a). O decreto de sua criação menciona os aspectos naturais que merecem conservação, apresentando justificativas para a escolha da categoria de UC:

> [...] considerando que a Serra do Barbado é uma área montanhosa, com elevação de até 2033 m, com a presença de vegetação, formada por matas com fauna/flora de elevado valor ambiental e científico, além da existência de grandes ambientes com formação de campos gerais;
> considerando que a Serra do Barbado é o ponto culminante do Estado; considerando que a região, por suas características naturais de apreciável valor cênico, favorece o desenvolvimento do turismo ecológico, compatível com as exigências para o desenvolvimento sustentado da região;
> considerando, por fim, que, na forma da legislação vigente, a APA constitui o tipo de unidade de conservação mais adequada, à disposição do Poder Público, para o ordenamento das atividades econômicas, sociais e humanas no interior das áreas de interesse relevante para proteção ambiental (Bahia, 1993a).

Nesse sentido, pode-se considerar que a APA Serra do Barbado é mais do que uma mera delimitação geográfica sob proteção, se tornando um compromisso com a conservação da biodiversidade, a valorização de ecossistemas singulares e a promoção de práticas sustentáveis que beneficiam tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais. A justificativa detalhada no decreto de criação destaca não apenas a importância intrínseca da região, tal qual o entendimento de que a preservação ambiental está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento equitativo e responsável.

A área em análise é a APA Marimbus/Iraquara, situada na Chapada Diamantina, BA, estabelecida pelo Decreto Estadual nº 2.216 de 14 de junho de 1993 (Bahia, 1993b). Ela abrange uma extensão de 125.400 hectares e inclui os municípios de Andaraí, Iraquara, Lençóis, Palmeiras e Seabra

Por sua vez, a APA Marimbus/Iraquara, criada sob a regulamentação do Decreto Estadual n° 2.216 de 1993, abrange uma extensão de 125.400 hectares e inclui os municípios de Andaraí, Iraquara, Lençóis, Palmeiras e Seabra (Bahia, 1993b). Nesta área protegida, destaca-se a presença significativa de formações geológicas, que incluem diversas grutas, e os cursos d'água subterrâneos, elementos que coletivamente representam um valioso patrimônio

ambiental (Bahia, 2012). Assim, a criação dessa APA pode significar o comprometimento em preservar e manter a integridade desses elementos, reconhecendo não apenas sua importância intrínseca para a biodiversidade local, mas também sua contribuição para a qualidade ambiental da região.

O Monumento Natural da Cachoeira do Ferro Doido, promulgado pelo Decreto Estadual n° 7.412 de 1998, está localizado no Município de Morro do Chapéu, abrangendo uma área de aproximadamente 400 hectares (Bahia, 1998a). Este local notável, conforme as informações detalhadas no Relatório 2 dos estudos básicos do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária do Estado da Bahia (PLANEHAB), destaca-se como um verdadeiro tesouro de recursos naturais, evidenciando uma diversidade biológica singular, incluindo:

> O Monumento apresenta formações vegetacionais constituídas por florestas estacionais, campos rupestres e cerrado, sendo um atributo natural marcante na formação da biodiversidade. É muito comum espécies de orquídeas, bromélias, melastomatáceas e malphighiáceas. A fauna apresenta algumas espécies ameaçadas de extinção, além da ocorrência do Colibri dourado, que é uma espécie endêmica na região (Bahia, 2012, p. 111).

Diante dessa riqueza biológica, a criação da área protegida foi respaldada por objetivos claramente definidos:

> Tendo como objetivo principal a conservação deste acidente geográfico, além da rara beleza paisagística da região, com seu amplo vale de vegetação preservada em seus 400 hectares. Na mesma época, junto a esta UC, também foi criado o Parque Estadual Morro do Chapéu com as mesmas finalidades de conservação e preservação do ambiente local (Bahia, 2012, p. 111).

A proteção desse Monumento Natural não apenas salvaguarda um ambiente de excepcional valor ecológico, mas também reconhece a necessidade crítica de preservar áreas que abrigam não apenas biodiversidade única, bem como apresentam um cenário paisagístico de beleza incomparável.

Outra área protegida de notável importância situada no município de Morro do Chapéu é o Parque Estadual de Morro do Chapéu. A criação dessa UC foi oficializada pelo Estado por meio do Decreto Estadual n° 7.413, datado de 1998, e abrange uma extensão territorial de aproximadamente 46.000 hectares, situada integralmente no Município de Morro do Chapéu (Bahia, 1998b). O PLANEHAB destaca diversos aspectos naturais que conferem destaque a essa localidade, incluindo:

> Os atributos naturais se caracterizam pela presença bem diversificada da fauna, da flora, formações geológicas e sítios arqueológicos com pinturas rupestres. O grau de conservação ambiental do Parque é ressaltado pela presença de felinos de grande porte. A vegetação predominante da área corresponde ao bioma Caatinga, também são encontradas tipologias bastante raras na região, como as dunas. Apresenta áreas com vegetação arbustiva/herbáceas, formando verdadeiros jardins naturais sobre os afloramentos rochosos. Outra tipologia destacada é a presença de orquídeas, bromélias e cactáceas (Bahia, 2012, p. 104).

Sendo assim, diante dessas áreas prioritárias, foi estabelecida a iniciativa com o propósito fundamental de proteger e preservar os recursos naturais, envolvendo cuidadoso planejamento da atividade econômica e do desenvolvimento turístico. Essa abordagem visa garantir que tais empreendimentos ocorram de maneira sustentável, atentando-se para a prevenção de danos ao meio ambiente e, simultaneamente, promovendo a melhoria da qualidade de vida das populações locais (Bahia, 2012).

Por fim, destaca-se a Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas, estabelecida por meio do Decreto Estadual nº 7.968, de 2001. Com uma extensão de 4.771 hectares nos municípios de Abaíra e Piatã (Bahia, 2001), essa área é marcada pela presença das nascentes de um rio com potencial hídrico de significativa importância para 63 municípios integrantes da Bacia do Rio de Contas, a maior bacia hidrográfica de um rio inteiramente estadual (Bahia, 2012).

A vegetação da Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas é diversificada, apresentando extensas áreas de campo rupestre, campo cerrado com formações herbáceas e arbustivas, ilhas de florestas estacionais e caatinga em bom estado de conservação, com uma riqueza vegetal abriga não apenas espécies comuns, como plantas endêmicas e raras, totalizando 115 pertencentes às famílias Eriocaulácea, Orquidaceae e Velloziacea (Bahia, 2012).

A criação dessa área teve como objetivo primordial contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais, quem nem para a salvaguarda de paisagens naturais pouco alteradas e de notável beleza cênica (Bahia, 2012). Dessa forma, o seu papel crucial na manutenção do equilíbrio hídrico e na promoção da biodiversidade destaca-se como um elemento essencial para a sustentabilidade ambiental da região.

As UCs no TICD, em conjunto, englobam uma extensão total de cerca de 258.765 hectares. Dessa forma, as áreas protegidas não apenas desempenham um papel crucial como barreira de proteção contra atividades prejudiciais ao meio ambiente, mas também se configura como um instrumento estratégico para fomentar práticas de manejo sustentável. Ao

delinear limites e restrições específicas, essas UCs visam garantir a preservação dos recursos naturais, assegurando que a exploração deles esteja alinhada com princípios de sustentabilidade, respeitando os conhecimentos tradicionais indígenas.

Ademais, além destas UCs, existem algumas de domínio municipal, constituindo uma rede de proteção ambiental abrangente. Essas áreas designadas, em essência, desempenham um papel imprescindível na defesa da biodiversidade, na preservação de ecossistemas singulares e na garantia dos serviços ecossistêmicos essenciais tanto para a comunidade local quanto para a saúde ambiental em uma escala mais ampla.

Adicionamento, é fundamental ressaltar que há um esforço conjunto da sociedade civil, defensores do meio ambiente e autoridades públicas visando a criação de uma nova área protegida da categoria de Refúgio de Vida Silvestre na Chapada Diamantina, denominada Serra da Chapadinha. De acordo com a Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia (SIHS), essa região abriga áreas de recarga hídrica de suma importância para o estado da Bahia, sendo vital para o abastecimento do Rio Una, afluente do Rio Paraguaçu, responsável por mais de 60% do fornecimento de água para a Região Metropolitana de Salvador (SIHS, 2016). Contudo, a ameaça iminente da atividade mineradora na área suscita preocupações, dado que essa prática pode resultar em danos ao meio ambiente, impactando diretamente os afluentes e a flora local (Menegassi, 2023).

Nesse contexto, as manifestações populares têm tido repercussões políticas. Em maio de 2023, o deputado Hilton Coelho (Psol) propôs à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) a criação do Refúgio de Vida Silvestre da Serra da Chapadinha, direcionada ao governador Jerônimo Rodrigues. Essa proposta enfatiza a importância da região como uma das áreas de recarga hídrica, responsável pelo abastecimento de água de 80 municípios na Bahia, incluindo Salvador (ALBA, 2023). Além disso, em agosto de 2023, o Ministério Público Federal (MPF) emitiu uma recomendação ao governo da Bahia para a criação da ANP, visando proteger os modos de vida das comunidades tradicionais locais e preservar os valiosos recursos naturais da região (MPF, 2023).

Considerando a relevância das UCs do TICD para a proteção dos aspectos naturais presentes em sua extensão territorial, é essencial sistematizar as principais informações sobre essas áreas. Nesse contexto, o Quadro 2 apresenta uma organização detalhada das principais informações relativas a cada área protegida nas esferas federal e estadual do TICD.

Quadro 2 – Sistematização das informações sobre as áreas protegidas do Território de Identidade da Chapada Diamantina, incluindo Legislação, categoria de Unidade de Conservação e nome, municípios envolvidos e suas especificidades.

Legislação	Categoria de UC e nome	Municípios	Área	Especificidades
Decreto Federal nº 91.655/1978	Parque Nacional da Chapada Diamantina	Lençóis, Palmeiras, Andaraí, Mucugê, Ibicoara e Itaetê	152.141 hectares	Visa atender à preservação da Serra do Sincorá e promove a pesquisa científica, o turismo sustentável e a educação ambiental.
Decreto Estadual nº 32.487/1985	APA Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho	Morro do Chapéu, João Dourado e São Gabriel	11.900 hectares	Conservar e proteger as formações geológicas, cavidades naturais, espeleotemas, animais cavernícolas, águas subterrâneas do Rio Jacaré, e os sítios arqueológicos e paleontológicos da APA.
Decreto Estadual n° 2.183/1993	APA Serra do Barbado	Rio de Contas, Abaíra, Piatã, Rio do Pires, Érico Cardoso e Jussiape	63.652 hectares	A Serra do Barbado, ponto mais alto do estado, destaca-se pelo valor ambiental e científico de sua fauna e flora, favorecendo o turismo ecológico e o desenvolvimento sustentável.
Decreto Estadual n° 2.216/1993	APA Marimbus/Iraquara	Andaraí, Iraquara, Lençóis, Palmeiras e Seabra	125.400 hectares	A área protegida destaca-se por suas formações geológicas, incluindo diversas grutas e cursos d'água subterrâneos, que juntos formam um valioso patrimônio ambiental.
Decreto Estadual n° 7.412/1998	Monumento Natural da Cachoeira do Ferro Doido	Morro do Chapéu	400 hectares	O Monumento possui formações vegetacionais como florestas estacionais, campos rupestres e cerrado, destacando-se pela sua biodiversidade. É comum encontrar espécies de orquídeas, bromélias, melastomatáceas e malpighiáceas. A fauna inclui espécies ameaçadas de extinção e o Colibri dourado, uma espécie endêmica da região.
Decreto Estadual n° 7.413/1998	Parque Estadual de Morro do Chapéu	Morro do Chapéu	46.000 hectares	Os atributos naturais incluem uma fauna e flora diversificadas, formações geológicas e sítios arqueológicos com pinturas rupestres. A conservação ambiental é evidenciada pela presença de grandes felinos. Predomina o bioma Caatinga, com raras dunas, vegetação arbustiva e herbácea sobre afloramentos rochosos, além de orquídeas, bromélias e cactáceas.
Decreto Estadual nº 7.968/2001	Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas	Abaíra e Piatã	4.771 hectares	A Área de Relevante Interesse Ecológico Nascente do Rio de Contas possui vegetação diversificada, incluindo campos rupestres, cerrado, florestas estacionais e caatinga bem conservada. Abriga 115 espécies vegetais, incluindo plantas endêmicas e raras das famílias Eriocaulácea, Orquidaceae e Velloziacea.

Fonte: Fonte: Autoria própria, 2024.

Como notado, as UCs no âmbito do TICD desempenham um papel crucial na salvaguarda de áreas essenciais para a fauna e a flora, desempenhando um papel significativo na manutenção dos ciclos naturais e na preservação. Assim, as áreas protegidas funcionam como refúgios seguros para espécies ameaçadas e endêmicas, fomentando a resiliência dos ecossistemas perante as pressões ambientais globais.

Considerações finais

Este artigo consiste em uma abordagem panorâmica, que destacou as estratégias concebidas no âmbito do TICD com o propósito de salvaguardar as áreas prioritárias. Para isso, explorou-se não apenas os aspectos históricos e geográficos relevantes, mas também o processo de ocupação humana e as normativas estabelecidas com o intuito de promover a preservação ambiental.

Durante a condução do estudo, observou-se que o contexto histórico do TICD é caracterizado por uma sequência de eventos lineares, que incluem a ocupação impulsionada pela mineração e pela pecuária, bem como a influência política dos coronéis. Frisa-se que esses elementos deixaram marcas profundas nas dinâmicas econômicas, políticas e sociais locais, que perduram até os dias atuais.

No que concerne a criação dos Territórios de Identidade, esta iniciativa representa um marco na gestão territorial da Bahia, promovendo uma abordagem integrada e participativa para o desenvolvimento sustentável. A partir de instrumentos como o PTDS e os Conselhos Territoriais, buscou-se promover a inclusão social e a valorização da identidade local. No entanto, apesar dos avanços na governança territorial, ainda existem desafios a serem enfrentados. As disputas políticas locais, as desigualdades sociais e as pressões sobre o meio ambiente representam limitações importantes que demandam atenção contínua.

Já em relação a criação das UCs no TICD, esta atuação demarca a importância crucial das áreas protegidas na preservação da rica biodiversidade, na promoção do turismo sustentável, na salvaguarda dos recursos hídricos e de outros serviços ecossistêmicos oferecidos por essa região emblemática. Assim, as ações realizadas localmente desempenham um papel preponderante tanto estrategicamente quanto em termos de gestão.

Para além deste estudo, há diversas oportunidades para pesquisas futuras que podem contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o TICD e para o aprimoramento das políticas de desenvolvimento territorial e ambiental na região. Algumas dessas perspectivas incluem: estudos sobre os impactos das políticas territoriais na qualidade de vida das

populações locais, incluindo análises de indicadores socioeconômicos e ambientais; estudos comparativos com outros Territórios de Identidade da Bahia e com outras regiões do Brasil, visando identificar lições aprendidas e boas práticas em gestão territorial e ambiental; e, avaliações da eficácia dos instrumentos de gestão territorial, como os Conselhos Territoriais e os PTDS, na promoção do desenvolvimento sustentável. Essas perspectivas de pesquisa podem contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e para a promoção do desenvolvimento sustentável no TICD e em outras regiões semelhantes.

REFERÊNCIAS

ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia. **Hilton defende criação da Unidade de Conservação da Serra da Chapadinha.** Salvador: Notícias, 2023. Disponível em: https://www.al.ba.gov.br/midia-center/noticias/57125 Acesso em: 14 nov. 2023.

BAHIA. **Decreto Estadual nº 32.487**. Declara como de interesse para a Proteção Ambiental a área de terras que indica, nos municípios de Morro do Chapéu, São Gabriel e João Dourado, no Estado da Bahia. Diário Oficial do Estado, Salvador, 13 nov. 1985.

BAHIA. **Decreto nº 2183/1993** – Criação da APA Serra do Barbado. 1993a.

BAHIA. **Decreto nº 7.412 de 17 de agosto de 1998**. Cria o Monumento Natural da Cachoeira do Ferro Doido e dá outras providências. 1998a.

BAHIA. **Decreto nº 7.413 de 17 de agosto de 1998**. Cria o Parque Estadual Morro do Chapéu e dá outras providências. 1998b.

BAHIA. **Decreto Estadual nº 2216** de 14 de junho de 1993. Cria a Área de Proteção Ambiental Marimbus/Iraquara, nos Municípios de Lençóis, Iraquara, Palmeiras e Seabra, e dá outras providências. Governo do Estado da Bahia, 1993b. Disponível em: http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/DECRETO-N%C2%BA-2215-DE-14-DE-JUNHO-DE-1993-Prote%C3%A7%C3%A3o-Ambiental-de-Cara%C3%ADva.pdf Acesso em: 16 maio 2023.

BAHIA. **Decreto Estadual 7.968 de 05 de junho de 2001**. Cria a Área Estadual de Relevante Interesse Ecológico - Nascentes do Rio de Contas e dá outras providências. Disponível em: < http://governoba.jusbrasil.com.br/legislacao/78174/decreto-7968-01 Acesso em: 11 nov. 2023.

BAHIA. **Lei Estadual n. 10.431, de 20 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2006. Disponível em: http://www.al.ba.gov.br/ Acesso em: 06 nov. 2023.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária do Estado da Bahia (PLANEHAB).** Relatório 2, volume II, julho, 2012.

BRASIL. **Decreto n° 91.655,** de 17 de setembro de 1978. Cria o Parque Nacional da Chapada da Diamantina. 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/d91655.htm. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. 2000.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diversidade Biológica e Conservação da Floresta Atlântica ao norte do Rio São Francisco**. *In*. Kátia Cavalcanti Pôrto, Jarcilene S. de Almeida-Cortez, Marcelo Tabarelli (Orgs.). Brasília, DF. Biodiversidade. 363 p. 2005.

BRASIL. **Plano de manejo do Parque Nacional Da Chapada Diamantina**. Brasília, 2007. 506 p.

COSTA, M. A. **Diálogos para uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano:** desafios do financiamento urbano e da governança interfederativa. Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

CRUZ, M. T. S. **Desafios da Sustentabilidade em Contextos de Pobreza**: estudo sobre a Chapada Diamantina. *In*: The 6th International Conference on Innovation and Managemente (ICIM 2009), 2009, São Paulo. The 6th International Conference on Innovation and Managemente (ICIM 2009), 2009.

FLORES, C. D. **Territórios de Identidade na Bahia:** Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial. 2015. 162f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2015.

GIUDICE, D. S. **Geodiversidade e Lógicas Territoriais na Chapada Diamantina – Bahia.** Orientador: Rosemeri Melo e Souza. 2011. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2011. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/12471 Acesso em: 27 jul. 2023.

GUANAES, S. A. **Nas trilhas dos garimpeiros de serra:** garimpo e turismo em áreas naturais na Chapada Diamantina - BA. 2001. 213 f. Dissertação (Mestrado Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2001. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/397188 Acesso em: 27 jul. 2023.

GUIMARÃES, J. S. **Agricultura familiar e as tecnologias sociais no território do sertão produtivo**: análise exploratória com foco no desenvolvimento rural. 2023. 129f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Roteiro Metodológico para Gestão de Área de Proteção Ambiental APA.** Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre. Brasília: Ed. IBAMA, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/ Acesso em: 30 jun. 2023.
LUCENA, H. **Interações socioambientais relevantes nas Unidades de Conservação da Chapada Diamantina.** 2022. 111 f. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/48693/1/TCC%20Humbero%20Santos%20de%20Lucena.pdf Acesso em: 17 ago. 2023.

MACÊDO, Ramon Novaes. Uma breve análise dos Planos Pluri Anuais Participativos da Bahia PPA´S-P 2008-2011 e 2012-2015 como ferramenta de participação social. **Revista Científica do Sertão Baiano**, v. 1, n. 1, p. 22-31, 2020.

MENEGASSI, D. Contra mineração, movimento luta para proteger a Serra da Chapadinha. **((o))eco.** 12 jul. 2023. Disponível em: https://oeco.org.br/reportagens/contra-mineracao-movimento-luta-para-proteger-a-serra-da-chapadinha/ Acesso em: 18 jul. 2024.

MPF – Ministério Público Federal. **Proteção a comunidades tradicionais: MPF recomenda ao governo da Bahia criação da Unidade de Conservação da Serra da Chapadinha.** Salvador: Assessoria de Comunicação Ministério Público Federal na Bahia. 2023. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/protecao-a-comunidades-tradicionais-mpf-recomenda-ao-governo-da-bahia-criacao-da-unidade-de-conservacao-da-serra-da-chapadinha Disponível em: 14 out. 2023.

OLIVEIRA, R. R. D. **A política de desenvolvimento territorial sustentável no Território do Sisal.** 2018. 60 f. TCC (Especialização em Gestão Pública) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2018. Disponível em: https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1005/1/2018_mono_rudineyoliveira.pdf Acesso em: 14 nov. 2023.

PEREIRA, W. G. **desafios dos planos municipais de educação no território da região metropolitana de Belo Horizonte/Minas Gerais (2014- 2019).** 2022. 84 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2022.

PINTO, J. P. **O desenvolvimento das políticas culturais do subúrbio ferroviário da cidade do Salvador – BA**: um olhar para o centro cultural plataforma. 2023. 145f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2023.

ROCHA, Luiz Carlos. **Políticas públicas de esporte e lazer na Bahia**: um estudo analítico do Território Litoral Norte e Agreste Baiano. Orientador: Augusto César Rios Leiro. 2012 289 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/14570/1/TESE%20Fiinal.pdf Acesso em: 14 nov. 2023.

SANTOS, A. C. M. **O conhecimento jurídico como um instrumento de fortalecimento institucional das associações rurais:** construindo uma cartilha de orientação jurídica. 2020. 201 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2020.

SANTOS, C. N. **Desafios da participação das mulheres no sindicalismo rural no território Chapada Diamantina:** elaboração de guia orientador com foco nas políticas públicas e no trabalho. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana - BA, 2018. Disponível em: http://tede2.uefs.br:8080/bitstream/tede/866/2/TCC%20cristiane%20vers%C3%A3o%20final%20em%2016.01.2019.pdf Acesso em: 27 jul. 2023.

SANTOS, C. A. V. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Territorial Sustentável**: os Territórios da Cidadania do Agreste e Mata Alagoana (Brasil). 2023. 359f. Tese (Doutorado em Desarrollo Local y Cooperación Internaciona) - Universitat de València, UV, Espanha, 2023.

SANTOS, C. S. **A Chapada Diamantina:** uma experiência arlequiniana de desenvolvimento territorial no Brasil. 2014. 159f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/18389/1/Santos,%20Claudilson%20Souza%20dos.pdf Acesso em: 27 jul. 2023.

SCHENINI, P. C.; COSTA, A. M.; CASARIN, V. W. **Unidades de Conservação**: Aspectos Históricos e sua Evolução. *In:* Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, SC, 7p. 2004. Disponível em: http://www.ambiente.sp.gov.br/wpcontent/uploads/cea/PedroCarlosS.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

SIHS - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA E SANEAMENTO. **Plano de Abastecimento de Água da Região Metropolitana de Salvador, Santo Amaro e Saubara – PARMS**: estudo básicos. Salvador, f. 1, t. 2, fev. 2016. Disponível em: http://www.sihs.ba.gov.br/arquivos/File/Vol2cap1.pdf Acesso em: 17 jul. 2024.

TEIXEIRA, J. V. B. C. *et al*. OS (DES) CAMINHOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NA CHAPADA DIAMANTINA (BAHIA). **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 1, 2024.

VICENTE, F. J. **O Paraguai e a busca de um caminho para o mar:** Repercussões territoriais decorrentes de sua condição de Estado mediterrâneo. 2022. 398f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.